

#### PARA FINS DE ENTENDIMENTO:

O corretor de seguros responsável está sujeito à penalidade, nos termos do art. 12 da Lei nº 9.613/98 e da regulamentação em vigor, em caso de infração às normas pertinentes aos controles internos específicos para a prevenção e combate dos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, ou os crimes que com eles possam relacionar-se, o acompanhamento das operações realizadas e as propostas de operações com pessoas politicamente expostas, bem como a prevenção e coibição do financiamento ao terrorismo. (Circular SUSEP Nº 445, de 2012)

Os corretores de seguros devem desenvolver e implementar, na forma da lei e da regulamentação vigentes, procedimentos de controles internos, efetivos e consistentes com a natureza, complexidade e riscos das operações realizadas, que contemplem a identificação, avaliação, controle e monitoramento dos riscos de serem envolvidos em situações relacionadas à lavagem de dinheiro, bem como para prevenir e coibir o financiamento ao terrorismo, com relação aos produtos comercializados, negociações privadas, operações de compra e venda de ativos e demais práticas operacionais. (Art. 5º, da Circular SUSEP Nº 445, de 2012)

#### ORIENTAÇÕES:

##### **A ATUAÇÃO COMO CORRETOR DE SEGUROS SUJEITAS À SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

1. O corretor de seguros responsável não pode transferir a responsabilidade por seguro ou substituir a sociedade seguradora responsável, na vigência da apólice, sem a prévia anuência do segurado, quando exigido pela legislação. (Art. 50, da Resolução CNSP Nº 243, de 2011)  
Sanção prevista: multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).
2. O corretor de seguros responsável deve comunicar à sociedade seguradora ou resseguradora, tão logo tome conhecimento, da ocorrência de qualquer sinistro ou expectativa de sinistro relativo ao grupo segurado, nos casos em que é de sua responsabilidade fazê-lo. (Art. 51, da Resolução CNSP Nº 243, de 2011)  
Sanção prevista: multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).
3. O corretor de seguros responsável deverá fornecer ao segurado, quando solicitado, quaisquer informações relativas ao contrato de seguro. (Art. 52, da Resolução CNSP Nº 243, de 2011)  
Sanção prevista: multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).
4. O corretor de seguros responsável deve informar ao segurado sobre os prazos e procedimentos relativos à liquidação de sinistros. (Art. 53, da Resolução CNSP Nº 243, de 2011)  
Sanção prevista: multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
5. O corretor de seguros responsável deve repassar ao segurado todas as comunicações ou avisos relativos à apólice, nos casos em que for diretamente responsável por sua administração. (Art. 54, da Resolução CNSP Nº 243, de 2011)  
Sanção prevista: multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).
6. O corretor de seguros responsável não pode falsear ou omitir informação à sociedade seguradora ou resseguradora necessária à análise e aceitação do risco ou na liquidação do sinistro. (Art. 55, caput, da Resolução CNSP Nº 243, de 2011)  
Sanção prevista: multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

7. O corretor de seguros responsável deverá manter a sociedade seguradora ou resseguradora informada e atualizada sobre os segurados, seus dados cadastrais e alterações na natureza do risco coberto, bem como quaisquer eventos que possam acarretar-lhe responsabilidade futura. (Art. 55, inciso I, da CNSP Nº 243, de 2011)  
Sanção prevista: multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).
8. O corretor de seguros responsável deve enviar às sociedades seguradoras ou resseguradoras os dados necessários à elaboração e atualização de tábuas biométricas ou cálculo do risco segurado ou ressegurado. (Art. 55, inciso II, da CNSP Nº 243, de 2011)  
Sanção prevista: multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).
9. O corretor de seguros responsável não pode deixar de repassar, imediatamente, à sociedade seguradora, resseguradora, de previdência complementar aberta ou de capitalização, na forma da legislação, o valor recebido em razão de atividade de intermediação. (Art. 56, da CNSP Nº 243, de 2011)  
Sanção prevista: multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
10. O corretor de seguros responsável não pode cobrar do segurado qualquer outro valor relativo ao seguro, além daqueles especificados pela sociedade seguradora. (Art. 57, da CNSP Nº 243, de 2011)  
Sanção prevista: multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 100.000,00 (cem mil reais).
11. O corretor de seguros responsável não pode exercer a atividade de corretagem tendo vínculo profissional, em desacordo com a legislação, com sociedade seguradora, resseguradora, de capitalização ou de previdência complementar aberta. (Art. 58, da CNSP Nº 243, de 2011)  
Sanção prevista: multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).
12. O corretor de seguros responsável não pode intermediar resseguro com ressegurador estrangeiro que não atenda, quando exigível pela legislação, aos requisitos para atuar no País. (Art. 59, da CNSP Nº 243, de 2011)  
Sanção prevista: multa de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).
13. É vedado aos corretores e aos prepostos: aceitarem ou exercerem empregos de pessoa jurídica de direito público, inclusive de entidade paraestatal; serem sócios, administradores, procuradores, despachantes ou empregados de empresa de seguros. Vale ressaltar que o impedimento é extensivo aos sócios e diretores de empresa de corretagem. (Art. 17, da Lei nº 4.594, de 1964)
14. Os corretores de seguros, independentemente de responsabilidade penal e civil em que possam incorrer no exercício de suas funções, são passíveis das penas disciplinares de multa, suspensão e destituição. (Art. 21, da Lei nº 4.594, de 1964)
15. Incorrerá em pena de destituição o corretor que sofrer condenação penal por motivo de ato praticado no exercício da profissão. (Art. 24, da Lei nº 4.594, de 1964)
16. O corretor de seguros responderá civilmente perante os segurados e as Sociedades Seguradoras pelos prejuízos que causar, por omissão, imperícia ou negligência no exercício da profissão. (Art. 126, do Decreto-Lei nº 73, de 1966)
17. O corretor de seguros estará sujeito às penalidades seguintes: multa; suspensão temporária do exercício da profissão; cancelamento do registro. (Art. 128, do Decreto-Lei nº 73, de 1966)
- A pena de suspensão do exercício de atividade ou de profissão, pelo período mínimo de trinta dias e máximo de cento e oitenta dias, será aplicada nas infrações graves, que gerem efetivo prejuízo à entidade ou a terceiros, sempre que o infrator for considerado reincidente ou, ainda, quando não der cumprimento à determinação da SUSEP. (Art. 5º, da CNSP Nº 243, de 2011)

A pena de cancelamento de registro será aplicada ao corretor de seguros, pessoa natural ou jurídica, que tenha sido, nos últimos cinco anos, condenado à pena de suspensão por infração da mesma natureza ou quando a infração cometida também for capitulada como crime ou, ainda, quando o infrator tiver sofrido condenação criminal, com trânsito em julgado, por ato praticado no exercício da profissão. (Art. 7º, da CNSP Nº 243, de 2011)

A Susep não concederá novo registro ao corretor de seguros penalizado, seja pessoa natural ou jurídica, durante o prazo de cinco anos, contados da data do cancelamento do registro. (Art. 7º, Parágrafo único, da CNSP Nº 243, de 2011)

Na gradação das sanções administrativas serão consideradas, de forma sucessiva: as sanções administrativas cabíveis dentro dos limites mínimos e máximos previstos nas normas em vigor; as circunstâncias administrativas da infração; e as circunstâncias agravantes e atenuantes.

Todos os Membros Associados ao IBRACOR são aderentes ao Código de Ética, e declaram-se cientes de que as infrações às normas as dispostas no citado Código, e na legislação vigente, estão sujeitos às penalidades, tendo a sua aplicação, como base legal, o contido no art. 17, inciso I, da Resolução CNSP nº 233, de 2011, referendada pela Resolução CNSP nº 251, de 2012, e o disposto no art. 127-A do Decreto-Lei nº 73, de 1966, incluído pela Lei Complementar nº 137, de 2010.

Os Membros Associados, por infração ao Código de Ética Profissional e à legislação vigente, estão sujeitos às penas de advertência, multa, suspensão do exercício de atividade ou profissão ou de cancelamento de registro. (Art. 13, do Código de Ética do IBRACOR).